

ARQUITETURA ESCOLAR MODERNA PAULISTA, APROPRIAÇÃO SÓCIOESPACIAL, USO E PRESERVAÇÃO: O PROJETO DE JOÃO CLODOMIRO DE ABREU PARA PRESIDENTE PRUDENTE, SP

Hélio HIRAO*

Cristiana A. PASQUINI**

Eliana NUNES RIBEIRO***

Resumo: O final do século XIX e início do séc. XX trouxeram diversas modificações e transformações para o Estado de São Paulo. Se a proposta de universalização do ensino proporcionou a construção dos primeiros prédios escolares de características suntuosas, evidenciando a importância dada pela sociedade dessa época, por outro lado, na década de 1930, ideias modernistas manifestaram-se organizadamente no Brasil. Nessa perspectiva, a relação de integração do espaço público com o privado incorpora as ações da vida cotidiana. Esse outro ponto de vista é trabalhado por um dos precursores da arquitetura moderna no Brasil, Vilanova Artigas. Nas décadas de 1950 e 1960, os projetos desse arquiteto contêm um diálogo com a cidade, gerando equipamentos públicos abertos ao uso da comunidade. Assim, em Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo, o arquiteto João Clodomiro Browne de Abreu, discípulo de Artigas, concebe o edifício da Escola Municipal João Franco de Godoy, segundo os princípios da escola paulista de arquitetura. Essa arquitetura é vista, também, como agente do processo de aprendizado, ou seja, essa tipologia para os edifícios escolares relaciona-se com a cidade e, dessa forma os espaços da escola são usados e apropriados como os espaços da cidade. Este estudo realiza um inventário descritivo do seu processo de projeto e um diagnóstico de sua apropriação socioespacial e uso no decorrer do tempo, na compreensão da sua inserção no contexto regional, do ponto de vista

* Endereço eletrônico: hirao@fct.unesp.br - Professor Assistente Doutor FCT/ UNESP, Departamento Planejamento, Urbanismo e Ambiente.

** Endereço eletrônico: cristianapasquini@terra.com.br - Mestranda FAU USP.

*** Endereço eletrônico: eliana.arq@bol.com.br - Arquiteta Urbanista.

político, econômico e cultural. Avalia, portanto, as adequações realizadas e suas interferências nos princípios projetuais de João Clodomiro Abreu, discutindo, desse modo, os caminhos possíveis de intervenções projetuais adequados aos novos usos contemporâneos com formas de preservação do ideal arquitetônico modernista paulista.

Palavras-chave: preservação, arquitetura escolar, arquitetura moderna paulista.

PAULISTA MODERN ARCHITECTURE SCHOOL, SOCIOSPATIAL OWNERSHIP, USE AND PRESERVATION: THE PROJECT OF CLAUDOMIRO DE ABREU FOR PRESIDENTE PRUDENTE, SP

Abstract: The late nineteenth and early twentieth century brought many changes and transformations to the State of São Paulo. If the proposal for universal education provided the construction of the first school buildings features sumptuous, showing the importance given by the society at the time. Moreover, in the 1930s, modernist ideas manifested themselves neatly in Brazil. On this perspective, the ratio of integration of public space with private incorporates the actions of everyday life. This other point of view is worked by one of the forerunners of modern architecture in Brazil, Vilanova Artigas. In the 1950s and 1960s, his projects contained a dialogue with the city, creating public facilities open to community use. So, in Presidente Prudente, São Paulo's countryside, the architect João Clodomiro Browne de Abreu, disciple of Artigas, designs the building of the Escola Municipal João Franco de Godoy with principles of the paulista school of architecture. This architecture is also seen as an agent of the learning process, in other words, this typology to the school buildings relates with the city, so the school spaces are used and appropriate as the spaces of the city. This study makes a descriptive inventory of his design process and a diagnostic of its socio-spatial appropriation and use over time, in comprehension of its insertion into the regional context, in terms of political, economical e cultural point of view. Ratings, therefore, the adjustments made and its interferences in the João Clodomiro Abreu's projetual principles. Discusses so the possible ways of projetual interventions appropriate to the contemporary new uses with forms of preservation of the paulista modernist architectural ideal.

Keywords: preservation, school architecture, paulista modern architecture.

1. INTRODUÇÃO

Realizou-se um levantamento histórico e iconográfico do projeto arquitetônico do edifício escolar João Franco de Godoy, em Presidente Prudente, cidade média do oeste do Estado de São Paulo, de autoria do arquiteto João Clodomiro B. de Abreu, com o propósito de verificar suas características de bem cultural da comunidade com interesse de preservação. A investigação consistiu de análises e reflexões que apontam diretrizes possíveis para seu restauro e readequação ao contexto atual.

Fizeram-se, então, levantamentos de dados necessários para a análise da concepção inicial do projeto, bem como de suas transformações ao longo do tempo em resposta às novas necessidades de uso e das reações de apropriação socioespacial.

Abreu, ex-aluno fundador da FAU USP, discípulo de Artigas, desenvolveu cerca de 40 projetos de escolas (ABREU, C., 2001) dentro de um pensamento arquitetônico relacionado ao racionalismo construtivo paulista, que possui como características aproveitar com simplicidade e criatividade os poucos meios e materiais disponíveis explorando todo seu potencial com tectônica e poética.

Assim, na década de 1960, esse arquiteto com total liberdade projetual produz uma proposta arrojada, fora dos padrões oficiais de então, na periferia da época, de Presidente Prudente.

Com o seu uso e apropriação socioespacial, a concepção inicial de Abreu foi substancialmente alterada, diversas intervenções descaracterizaram sua proposta, principalmente nas relações do edifício/cidade e público/privado. As mudanças no programa de atividades não tiveram correspondência na sua forma se considerarmos as intenções desse arquiteto. Anexos foram, simplesmente, adicionados ao edifício principal, sem maiores preocupações. Percursos agradáveis que se abriam visualmente para o entorno e para o pátio central aberto transformaram-se em escuros e fechados corredores, comprometendo a capacidade de ventilação cruzada existente e por conseqüência, prejudicando o conforto térmico dos ambientes localizados numa cidade quente e seca.

Então, este estudo objetiva refletir sobre formas de conciliar as necessidades contemporâneas com as exigências de preservação da memória nas intervenções em ambientes preexistentes de interesse do

Patrimônio Histórico. Portanto, esse é o debate em que se insere este trabalho.

2. A ARQUITETURA ESCOLAR PAULISTA

Os primeiros edifícios escolares do Estado de São Paulo, até 1920, apresentam estilos neoclássico e eclético. Com aumento da demanda e as exigências de rapidez e baixo custo adotou-se o projeto “tipo” com tratamento diferenciado da fachada, os quais foram desenvolvidos pela SOP- Superintendência de Obras Públicas, depois pela DOP-Diretoria de Obras Públicas (BUFFA E PINTO, 2003).

Na década de 30, marcada por transformações sociais, econômicas e políticas, a demanda escolar aumentou significativamente. A proposta da Escola Nova introduzia o ensino integral preocupado com os valores do ser humano: físico, emocional e social. Assim, se a criança era o centro da aprendizagem, seu espaço de vivência e aprendizado deveria ser alegre, higiênico, belo e acolhedor.

São Paulo tornava-se centro econômico e financeiro nos anos 40, com grande crescimento demográfico, gerando, nas escolas, um grande déficit de vagas. No âmbito da arquitetura escolar, o engenheiro José Amadei, os arquitetos Hélio Duarte e Hélio Queiroz contribuía para a inserção do ideário modernista e também, o educador Anísio Teixeira com o conceito de escola-parque, como um local de apreender e vivenciar abertos à comunidade.

Os edifícios desse período caracterizavam-se pelo uso de pilotis, planta livre (estrutura independente da vedação), zoneamento funcional, estrutura modular, jardins internos, uso de materiais simples como tijolo, telha de barro ou fibrocimento.

O governo Carvalho Pinto, em 1960, criou o FECE- Fundo Estadual de Construções Escolar, e o IPESP-Instituto de Previdência do Estado de São Paulo que contrataram arquitetos como Villanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e João Clodomiro de Abreu – arquitetos modernistas paulistas, ligados ao racionalismo construtivo. Nesse pensamento os edifícios relacionavam-se diretamente com o entorno urbano, e com o pátio interno aberto como uma praça de encontro e lazer, tendo ao redor planos elevados com salas de aula e salas administrativas. Grandes espaços livres cobertos, apoiados sobre “pilotis”, esses edifícios distinguiam-se pela forma geométrica simples de concreto aparente. (BUFFA E PINTO, 2003).

Em 1975 o FECE foi desativado e substituído pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação, (FUNDESP), a Companhia de Construções Escolares de São Paulo (CONESP) e depois, pelo FDE-Fundação para o Desenvolvimento da Educação em 1998.

3. PRESIDENTE PRUDENTE E A ESCOLA JOÃO FRANCO DE GODOY “NAVIO”

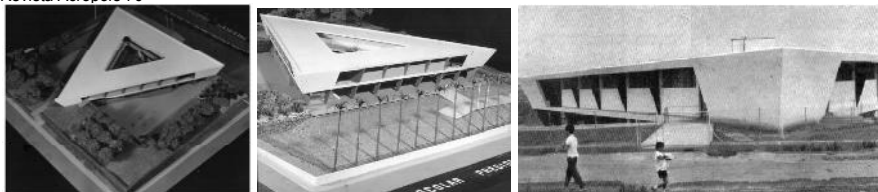
A cidade de Presidente Prudente, localizada na região oeste do Estado de São Paulo, foi fundada em 1917 com a criação da Vila Goulart pelo Coronel Francisco de Paula Goulart e da Vila Marcondes pelo Coronel José Soares Marcondes (ABREU, D., 1972). Na década de 1920, implantaram-se as Escolas Reunidas, que funcionavam num antigo casarão de madeira na Avenida Washington Luis. Em 1925, com a criação do Primeiro Grupo Escolar, as classes dessa escola foram incorporadas às do Grupo. As condições eram precárias e a população reivindicava um lugar apropriado para o ensino.

Um segundo e um terceiro Grupo foram criados até 1935, todos instalados de forma igualmente precária. Em 1938, as classes do segundo e terceiro Grupo foram transferidas para o Primeiro Grupo até que, em maio desse mesmo ano, foi inaugurado o prédio próprio do Grupo Escolar de Presidente Prudente – o Grupo Escolar Professor Adolpho Arruda Mello.

Em 1932, havia sido criada a Delegacia Regional de Ensino, a primeira Casa de Saúde e a primeira instituição financeira da cidade, época que marcou um rápido crescimento de Prudente. No ano de 1931, 17 estabelecimentos industriais já funcionavam em Presidente Prudente e em 1940 esse número chegara a 138, e na área urbana a população atingira os 12.637 habitantes. Na década de 1960 a população urbana que chegara a 28.793 habitantes pulou 54.055. Hoje, a cidade de Presidente Prudente conta com 207.725 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2009).

A escola João Franco de Godoy surgiu como Grupo Escolar Rural de 1º grau, nos anos 1950, em instalações provisórias. Contratado pelo IPESP-Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, em 1962, o arquiteto João Clodomiro Bronwe de Abreu projetou as instalações definitivas dessa escola (Foto 1 a 3).

Revista Acrópole 70



Fotos 1, 2 e 3: Maquete da proposta de João Clodomiro Abreu.

Esse arquiteto propôs um prédio com uma forma geométrica pura, um prisma triangular que pousa num amplo terreno então existente, numa quadra típica da área central da cidade (88,00m X 88,00m) com um declive de quatro metros. Esse edifício apresenta uma simples monumentalidade servindo como um referencial urbano aproveitando o potencial que uma obra pública possui. Esse monobloco sob pilotis tem uma abertura no centro, abrangendo um jardim central com espelho d' água.

Os acessos independentes para alunos, professores e funcionários constituíam percursos agradáveis da cidade para o edifício e vice-versa (Foto 4). Nos cantos desse prisma, o arquiteto localizou as transições das circulações verticais e horizontais, ou seja, um patamar com aberturas laterais que permitiam vistas para o exterior e para o interior (Fotos 5 a 7) . Nesse monobloco, articulações de espaços cheios e vazios diversificam a percepção visual do conjunto garantindo as qualidades formais do edifício.

A estrutura do edifício constitui-se de pórticos inclinados de concreto aparente, pintados na cor verde musgo, encimados por uma caixa estrutural de concreto branco. Essa forma característica, no imaginário popular, levou a escola a ser chamada de “Navio”.

Revista Acrópole 70



Fotos 5, 6 e 7: Cantos do edifício: transição da circulação vertical com a horizontal, vista para a cidade.

A organização do programa de atividades apresenta no pavimento térreo (Figura1), o palco, o pátio principal e as duas escadas de acesso ao piso superior; do lado direito, distribuído ao longo do corredor, o setor administrativo da escola e, em seguida, o refeitório. Esse espaço não possui portas e recebe uma parede de pedra que percorre toda a extensão do terreno, apoiando o seu desnível natural. do terreno. O refeitório possui acesso independente, através de uma rampa que leva ao nível da Rua Francisco Morato de Oliveira. E, no mesmo pátio do refeitório, podemos encontrar dois depósitos que se encaixam dentro do desnível do terreno.

Do lado esquerdo do prisma triangular fica uma sala do pré-primário a cozinha os banheiros uma sala de educação física, a cantina e a portaria – todos esses ambientes têm acesso direto ao jardim da escola. O pavimento superior (Figura1) possui grandes corredores iluminados e ventilados por janelas de vidro basculante, e nesse espaço estão distribuídas as salas de aula, a biblioteca, o laboratório, os sanitários dos professores, o gabinete dentário e, por fim, na ponta do triangulo que pousa sobre o terreno, a sala dos professores e acesso independente pela Rua Antônio Sandoval Filho (REVISTA ACRÓPOLE, 1970).

O palco da escola possui um mural feito com placas torcidas de concreto aparente, e no centro dele uma placa estrutural formando um pilar parede pintada na cor vermelha. Esse mural semitransparente, localizado junto ao pátio aberto da escola e com os “pilotis” do refeitório, caracteriza-se por ser um elemento de transição e seu contexto espacial garante uma continuidade visual integrando o externo com o interno e vice-versa, como também, o interno com os ambientes internos. Essa característica de aberturas integrando os ambientes é uma característica marcante do projeto de Abreu, possibilitando o monitoramento necessário à função da edificação, como também garante a fácil leitura do lugar, facilitando as decisões dos percursos a serem seguidos pelos usuários da escola.

O paisagismo realizado por Waldemar Cordeiro, articulando o espaço aberto e construído, promovia a participação dos alunos, desenvolvendo cultivo de frutas e hortaliças, uma vez que esse conjunto arquitetônico inseria-se numa área de transição com a área rural da cidade.

Portanto, não há como questionar o valor artístico dessa obra pelas suas características projetuais, inseridas no pensamento do racionalismo construtivo do modernismo paulista, como também o valor histórico acumulado pelo uso e apropriação socioespacial das várias gerações de estudantes da cidade que passaram por essa escola. Constituiu-se, assim,

um Patrimônio Histórico e Arquitetônico de interesse de preservação municipal e estadual.

Revista Acrópole 70

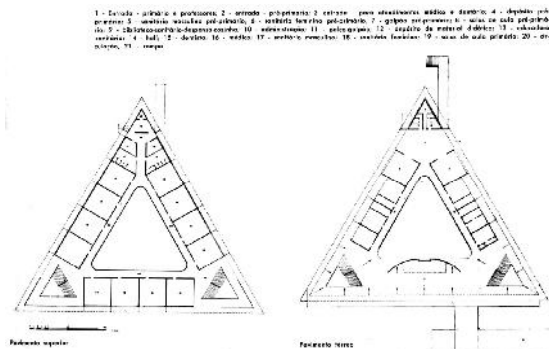


Figura 1: Plantas Pavimento Térreo e Superior.

4. O USO E APROPRIAÇÃO SÓCIOESPACIAL TRANSFORMANDO E DESCARACTERIZANDO O ESPAÇO.

O projeto arquitetônico concebido, depois vivenciado pelo uso e apropriação socioespacial volta a ser concebido (LEFÈBVRE, 1991; ARTIGAS, 2004; HIRAO, 2008). Nesse processo, com as novas propostas pedagógicas, o edifício escolar criado por Abreu sofreu inúmeras intervenções projetuais. O contexto rural em que se inseria não existe mais, a cidade cresceu rapidamente, hoje o entorno urbano cerca o edifício (Figura 2) e a relação de continuidade deste com a cidade e vice-versa ficou bloqueada com a execução de um muro de alvenaria (Fotos 8 e 9), como também a relação de certa monumentalidade que um edifício público carrega potencialmente, não existe mais. O referencial urbano ficou escondido e isolado, o espaço urbano ficou truncado, e assim também a possibilidade de sua abertura para o uso do espaço pelo bairro; as relações do cotidiano ficaram restritas aos professores, alunos e funcionários. A idéia de escola-parque de Anísio Teixeira se perdeu.



Figura 2: Vista área da situação atual

O acesso principal foi deslocado, devido ao intenso fluxo de automóveis (Fotos 8 e 9), confundindo a leitura da entrada, dos percursos e dos trajetos. O potencial de percepções pelas sensações humanas que esse percurso proporcionava ao usuário desse edifício ficou, portanto, prejudicado.

Eliana Ribeiro 2009



Fotos 8 e 9.. Entrada de alunos antiga e a atual

No pavimento térreo, foram construídas duas quadras poliesportiva, sendo uma delas coberta por estrutura metálica, (Foto 10 e 11) sem nenhuma preocupação de estudo das relações formais entre elas; adicionou-se, apenas, mais outro volume, descaracterizando o conjunto arquitetônico e por consequência confundindo sua identificação, seu uso e sua apropriação. Da mesma forma, a implantação da casa do caseiro e de uma sala de informática foram adicionados ao volume principal, comprometendo a concepção de Abreu (Figura 3).



Fotos 10 a 12: O edifício histórico, o anexo e a adequação à acessibilidade

Eliana Ribeiro 2009

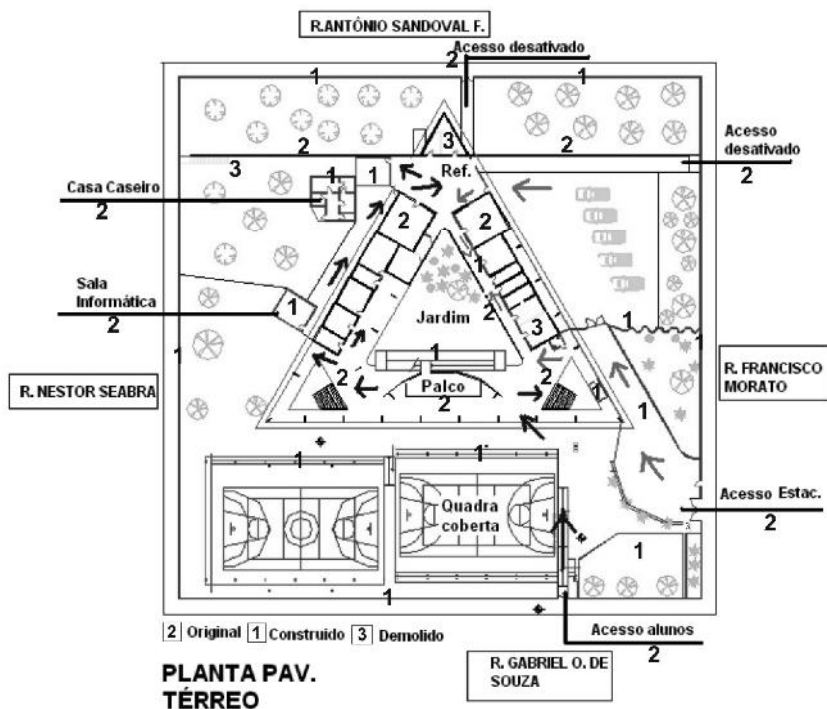


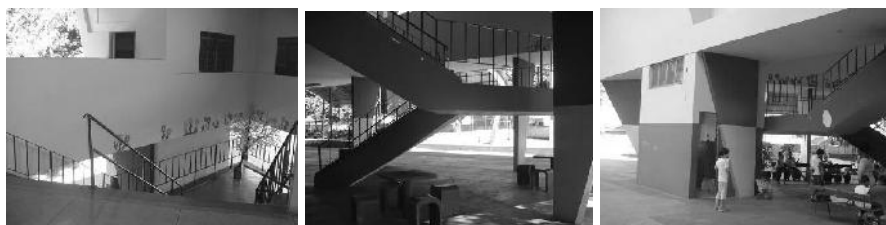
Figura 3: Planta Pavimento térreo: situação atual

Nos espaços abertos, os jardins projetados pelo paisagista Waldemar Cordeiro não existem mais, nem o espelho d'água do jardim interno da escola. O projeto paisagístico pensando como uma totalidade das relações entre o edificado e os vazios foi destruído. Na última reforma, em 2007, foi implantada uma rampa de acesso ao piso superior para atender às normas de acessibilidade (Foto 12), ocupando parte do jardim que ainda existia. Portanto, os espaços vazios abertos não foram considerados; estão ocupados de maneira desordenada com equipamentos e mobiliários, sem examinar as relações socioespaciais nela embutidas.

O ambiente do refeitório, aberto nas laterais com circulação livre, e a ventilação e iluminação natural, foi fechado de um lado por alvenaria tradicional, e por outro por uma nova sala de aula. O local do encontro ficou enclausurado, perdeu as características de um espaço de transição interior/ exterior.

Os patamares de transição que existiam na parte superior ao lado das escadas nos dois bicos do prisma triangular também foram fechados (Fotos 13 a 15), para construção de duas salas que servem como depósito, bloqueando as relações visuais do edifício com a cidade e com o próprio edifício. As aberturas da ventilação cruzada das salas de aula do pavimento foram fechadas, prejudicando o conforto térmico, numa cidade em que o clima quente e seco torna insuportável a permanência das pessoas nas salas de aula, em determinados períodos do dia.

Eliana Ribeiro 2009



Fotos 13 a 15. As janelas para a cidade bloqueadas

A atual pintura da edificação está relacionada com as cores da administração municipal e, assim, desrespeita toda a concepção inicial do arquiteto, de trabalhar com o concreto armado aparente na cor verde musgo marcando a estrutura que proporcionou ao imaginário popular chamar essa

escola de “Navio”. Da mesma forma, a pintura do mural do palco, originalmente concreto aparente, é “estranha” e sem qualquer relação com a expressão original da obra de arte.

Portanto, as intervenções realizadas no edifício escolar foram projetadas sem considerar o pensamento arquitetônico de Abreu, ajustaram-se para as necessidades imediatas prejudicando a arquitetura e consequentemente, a vivência dos espaços tanto exteriores como interiores, do edifício e do entorno urbano. Infelizmente, essas intervenções não consideraram a preexistência de qualidades materiais e imateriais embutidas na concepção do projeto original e as adquiridas no decurso de sua vivência.

Desta forma, o valor artístico, o histórico e cultural da obra (KATINSKY, 1999) não foram considerados, comprometendo esse significativo Patrimônio Histórico e Arquitetônico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do projeto de intervenções em ambientes preexistentes de interesse de preservação precisa ser enfrentado de outra perspectiva da que foi desenvolvida na edificação escolar João Franco de Godoy- “Navio”, em Presidente Prudente SP. O tempo é outro, as características de uso e apropriação evoluíram e o transformaram, mas do mesmo modo, esse lugar está carregado de memória histórica coletiva; então, conciliar preservação e necessidades contemporâneas é um desafio que se coloca. Exige-se, também, criatividade do projetista para garantir as qualidades espaciais necessárias para o pleno desenvolvimento do projeto pedagógico proposto.

No caso da escola João Franco de Godoy, com características da escola paulista de arquitetura, o conjunto, mesmo com as transformações de uso e apropriação socioespacial interferindo na estruturação do projeto a obra modernista paulista mantém suas características fundamentais presentes, ou seja, denuncia os possíveis usos embutidos na sua forma (HIRAO, 2008). Mesmo mudando o acesso, cercando e isolando a edificação com muros, anexando outros volumes é possível verificar na obra de Abreu, a denúncia do potencial da relação entre o edifício/cidade e o público/privado numa continuidade, do favorecimento dos locais do encontro, como dos percursos que desenvolvem as sensibilidades humanas (visual, tátil, audição, sonoro, etc.), diversificando os espaços percebidos e vivenciados nas circulações e permanências. É, também, perceptível a rigidez do projeto, dificultando sua adequação a ampliações.

Por outro lado, o projeto de intervenções num ambiente já existente requer uma profunda leitura da construção existente, evitando descaracterizar os princípios considerados pelo autor do projeto, correndo o risco de, ao destruir esses objetivos, tornar o conjunto arquitetônico estranho na paisagem da cidade. Ainda mais, por considerar-se que espaços públicos não podem isolar-se no contexto em que se inserem, pois fazem parte da morfologia urbana e possuem um papel fundamental na estruturação dos seus espaços. Apesar desse contexto, essa escola é ainda um referencial urbano e permanece no imaginário social urbano da cidade e, por mais que a descaracterizassem, essa arquitetura moderna paulista mantém as características formais que a identificam e a qualificam (HIRAO, 2008).

Nas relações de concepção, uso e apropriação socioespacial o usuário é fundamental para a reestruturação do projeto. Percebe-se a imposição de um espaço moderno para um usuário conservador e, assim, as reações de apropriação destruíram a concepção inicial de Abreu, tornando confuso o conjunto arquitetônico tanto para a cidade como para o próprio edifício e seus espaços internos e externos, apontando para necessidade de educar as pessoas que utilizam seu espaço, uma vez que todo o potencial de uso está embutido na forma existente.

Dessa forma, o desafio para a equipe de projetistas é a de materializar o conteúdo de valores materiais e imateriais embutidos nessas obras, adequando-as às necessidades contemporâneas. O complexo processo criativo de um projeto exige, ainda, qualificação para transformar esses valores em formas arquitetônicas e urbanísticas, constituindo-se uma relação de converter ideias e pensamentos em espaços e formas para usos e apropriações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cristina Godoy de. **João Clodomiro Browne de Abreu: do idealista ao arquiteto e urbanista**. São Paulo: 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas, FAU USP).

ABREU, Diores Santos. **Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ARTIGAS, João B. Vilanova. **Caminhos da arquitetura**/ Vilanova Artigas. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BUFFA, Ester. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1987-1971**. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2002.

HIRAO, Hélio. **Arquitetura moderna paulista, imaginário social urbano, uso e apropriação do espaço**. Presidente Prudente: 2008 (Tese Doutorado, FCT/ UNESP- Campus de Presidente Prudente). 225p.

JORNAL "O IMPARCIAL". Breve Início da Construção do Grupo Escolar do Jardim Paulista. Presidente Prudente SP, 04 de novembro 1962, N° 4808.

KATINSKY, Julio R. **Critérios de classificação dos bens arquitetônicos do estado de São Paulo**. São Paulo: Revista Sinopses/ USP n. 32, dez 1999, pg. 15-24.

LEFÈBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

REVISTA ACRÓPOLE. Grupo Escolar, São Paulo, p 34 -36. Ano 32, 1970